



VIOLÊNCIA ESCOLAR SOB A PERSPECTIVA DE PROFESSORES DA REDE BÁSICA DE ENSINO DO BRASIL

Nicoli Brandão dos Santos
Andressa Stephanie Fernandes Silva
Renata Plaza Teixeira
Michael Macedo Diniz
Victor Barbosa Ribeiro

Instituto Federal de São Paulo, Jacareí, São Paulo, Brasil

Resumo: A escola é um ambiente de pluralidade de ideias e situações de conflitos. Neste estudo, objetivou-se avaliar os quadros de violência escolar sofrida por professores. Para tanto, um questionário *online* foi enviado a 996 professores da rede básica de ensino municipal, estadual, federal e privado de todo o Brasil que demonstraram interesse em participar do estudo ao verem sua divulgação nas redes sociais. Desses, 567 concluíram as respostas, que avaliaram questões socioeconômicas e violência escolar. Muitos professores relataram já terem sofrido algum tipo de violência, predominantemente a agressão verbal. Outros tipos também foram identificados: agressão física, ameaças, dano ao patrimônio, assédio sexual e racismo. Observou-se que professores das redes municipal e estadual estão mais expostos, mulheres e os que atuam no Centro-Oeste. Conclui-se que são muitos professores sujeitos à violência em seu ambiente de trabalho. Adicionalmente, o fato de termos encontrado um maior percentual dessa violência nas redes municipal e estadual indica um possível baixo investimento, por parte dos governos estaduais e municipais, na qualidade do trabalho docente e no controle de indicadores que podem estar ligados a essa violência.

Palavras-chave: violência escolar, professores, ensino.

SCHOOL VIOLENCE FROM THE PERSPECTIVE OF TEACHERS IN THE BASIC EDUCATION NETWORK IN BRAZIL

Abstract: The school is an environment of plurality of ideas and conflict situations. In this study, the objective was to evaluate the situations of school violence suffered by teachers. To this end, an online questionnaire was sent to 996 teachers from the basic municipal, state, federal and private education network throughout Brazil who showed interest in participating in the study after seeing it publicized on social networks. Among these, 567 completed the answers, which evaluated socioeconomic issues and school violence. Various teachers have already suffered some type of violence, especially verbal aggression. Other types were also identified, such as: physical aggression, threats, harm, sexual harassment and racism. It has been observed that teachers from municipal and state networks, women and those working in the Central-West region of Brazil are more exposed. It is concluded that many teachers are subjected to violence in their work environment. In addition, the fact that we found a higher percentage of this kind of violence in municipal and state networks indicates a possible low investment, by the state and municipal governments, in the quality of teaching work and in the control of indicators that may be linked to this violence.

Keywords: school violence, teachers, teaching.

LA VIOLENCIA ESCOLAR DESDE LA PERSPECTIVA DE LOS DOCENTES DE LA RED DE EDUCACIÓN BÁSICA EN BRASIL

Resumen: La escuela es un ambiente de pluralidad de ideas y situaciones de violencia. En este estudio, el objetivo fue evaluar las situaciones de violencia escolar sufridas por los docentes. Para lo tanto, se envió un cuestionario en línea a 996 docentes de la red de educación básica municipal, estadual, federal y privada de Brasil que mostraron interés en participar del estudio cuando vieron su publicación en las redes sociales. De estos, 567 completaron las respuestas, que evaluaron temas socioeconómicos y violencia escolar. Muchos docentes informaron haber sufrido ya algún tipo de violencia, predominantemente agresión verbal. También se identificaron otros tipos: agresión física, amenazas, daños a la propiedad, acoso sexual y racismo. Se observó que los profesores de las redes municipales y estatales están más expuestos, las mujeres y los que trabajan en la región Centro-Oeste de Brasil. Se concluye que muchos docentes están expuestos a la violencia

en su entorno laboral. Adicionalmente, el hecho de que encontremos un mayor porcentaje de esta violencia en las escuelas unicipals y estatales indica una unicipa baja unicipal, por parte de los gobiernos estatales y unicipals, en la calidad del trabajo docente y en el control de indicadores que puedan estar vinculados a esta violencia.

Palabras-Clave: violencia escolar, maestros, enseñanza.

Received on October 19, 2022.

Accepted on April 7, 2023

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde [OMS] (2014, p. 84) define violência como “O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação”.

É comum vermos em noticiários da televisão reportagens atreladas à violência que ocorre no ambiente escolar. É importante conhecermos que neste ambiente, o termo violência escolar se desmembra em subtipos, nomeados como violência física, verbal, patrimonial, e que estão ligados à gravidade dos acontecimentos, que na maioria dos casos são levados a órgãos jurídicos para melhores esclarecimentos (Santos & Medina, 2018).

Cabe salientar que a escola necessita ser um dos lugares onde a sociedade não deveria ouvir notícias sobre casos de violência. É nela que se espera encontrar um ambiente heterogêneo, ou seja, um local de pluralidade de ideias e convicções que devem ser debatidas de forma saudável, além de abranger todos os tipos de classes sociais e realidades sociais conhecidas. Entretanto, segundo Silva e Assis (2018), não é a realidade com a qual se depara no dia-a-dia, pois os eventos violentos no ambiente escolar acontecem e são noticiados em grande escala, principalmente em jornais televisivos. A violência tem impactado diretamente na saúde dos professores atuantes da rede de ensino, que são os principais atingidos, e culmina em afastamentos do trabalho (Pereira & Freixa, 2021). Com isso, gestores escolares e demais membros da comunidade escolar fazem uso de estratégias, como, por exemplo, mediação de conflitos, atividades dirigidas e oficinas sobre o tema, a fim de que diminuam os índices de acontecimentos relacionados à violência (Plassa, Paschoalino, & Bernardelli, 2021).

A maioria dos relatos dos professores acerca dos tipos de violência sofridos dentro do ambiente escolar é derivada de um comportamento de não disciplina, ou seja, um comportamento inadequado às regras da escola e que culmina em uma resposta agressiva (Gomes & Bittar, 2021). Diante disso, faz-se necessário o entendimento sobre as formas de violência que acontecem no ambiente escolar para buscar soluções baseadas em autores da área da educação, como Paulo Freire (Monteiro, Pissaiá, & Veiga, 2018). As formas de violência mais citadas são agressões verbais, depredação ao patrimônio público e agressões físicas (Gomes & Bittar, 2021). Tais conceitos se fundem com o conceito de indisciplina dentro da escola e que ocorre em sua maioria por parte dos alunos que rejeitam orientações dos professores (Silva-Neto & Barretto, 2018).

Os desafios da educação atualmente são pautados na resolução de conflitos no ambiente escolar, que prejudicam as relações entre professores e alunos da rede básica de ensino e se fundem nas particularidades de cada localidade (Pereira & Freixa, 2021). Questões socioeconômicas e culturais são intrínsecas aos acontecimentos e impactam profundamente na educação de cada ser humano (Bourdieu & Passeron, 1992). As políticas públicas previstas acerca de situações de violência no ambiente escolar, baseadas nos direitos humanos, priorizam a resolução de conflitos por meio da cultura de paz, conceito que se une à justiça restaurativa para ajuste de ambas as partes envolvidas promovendo o respeito e garantindo os direitos básicos previstos em legislação nacional (Brasil, 2013).

A análise de dados referentes à violência escolar pode auxiliar em parâmetros que estabeleçam metas para o cumprimento das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Brasil, 2013) e mitigar os eventos de natureza agressiva por meio da educação, bem como da compreensão pela visão do professor e pela visão dos alunos. Somado a isso, é importante mensurar se os índices de violência sofrida pelos professores estão elevados e se há um perfil específico de professor com maior probabilidade de sofrer algum tipo de violência, o que permite dessa maneira mapear e em seguida traçar meios para reduzir esse quadro. Diante disso e também acrescentando o fato de não identificarmos pesquisa recente similar, o presente estudo teve como seu objetivo principal verificar quais determinantes sociais (gênero, raça/cor, região e tipo de escola em que o professor trabalha) estão implicados na violência escolar.

MÉTODO

O presente estudo foi realizado com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), com o registro do projeto CAAE (Certificado de Apresentação para Apreciação Ética) 30982720.0.0000.5473 e parecer de número 4.088.888, e é caracterizado

por ser do tipo transversal, com aplicação de questionários no formato *on-line* com predomínio de perguntas de múltipla escolha, envolvendo a participação de professores da rede de ensino municipal, estadual, federal e privada do Brasil. Foram convidados a fazer parte deste estudo todo professor da rede básica de ensino que demonstrasse disposição a participar e a responder os questionários e que tivesse se formado até no máximo o ano de 2018, para que pudesse ter tido tempo hábil de atuação enquanto profissionais antes de participar do estudo. Foram excluídos professores de outros níveis de ensino.

O estudo teve como pretensão realizar o levantamento de dados com o máximo possível de professores de diferentes regiões, sem identificação da instituição em que eles atuavam. Para tanto, a divulgação e o convite para participar do estudo perduraram por 90 dias, entre os meses de junho e agosto de 2020, via *Facebook* e *Instagram*, e tiveram a intenção de entrevistar pelo menos uma amostra de conveniência de 500 professores.

Uma vez que o professor demonstrasse interesse em participar, era realizada uma checagem detalhada do perfil, com o objetivo de resguardar de que se tratava da amostra específica desejada, ou seja, de professores da rede básica de ensino. A partir do interesse e após a checagem, o professor participante era convidado a disponibilizar o seu respectivo *e-mail* por intermédio das redes sociais. Por meio deste, o participante recebia o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) referente ao estudo e o *link* do *token* do questionário.

O questionário semiestruturado utilizado apresentava questões sociodemográficas, além de questões referentes à violência escolar. Este foi inserido na plataforma *LimeSurvey* (Versão 2.05+ Build 141126) com hospedagem no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) e enviado de forma anônima, ou seja, sem a necessidade de identificação do participante. Com o objetivo de direcionar o questionário apenas para pessoas selecionadas, configurou-se a plataforma para enviar *token* individualizado para cada professor, eliminando as chances de termos respostas indesejadas de outras pessoas não selecionadas. Adicionalmente, para fins de garantia do anonimato, por mais que o *token* enviado fosse de utilização única, vale ressaltar que a plataforma *LimeSurvey*, mediante configuração própria, possibilita formas de se configurar para que em uma base sejam inseridos dados como nome e *e-mail*, que é de onde parte o convite e envio do *link* do *token*, e em outra o recebimento das respostas, sem ligação direta entre elas, ou seja, sem identificação de a quem pertence cada resposta emitida. Essa utilização de forma anônima permitiu que o participante da pesquisa respondesse com maior segurança quanto aos cuidados contra a exposição dos seus dados. Além disso, acredita-se que essa condição condicione maior fidedignidade das respostas.

Após as coletas, os dados foram extraídos para uma planilha do programa *Excel* da *Microsoft*. Foi efetuada uma análise de média, desvio-padrão da idade e tempo de formação dos professores avaliados. Além disso, foi realizada estatística descritiva de frequência e percentual dos dados coletados: gênero, raça/cor, região e tipo de escola (municipal, estadual, federal ou privada), considerando as escolas em que mais atuavam no momento das respostas, com relação aos docentes que trabalhavam em mais de uma escola, e as respostas dos professores informando se já haviam sofrido algum tipo de violência por parte dos estudantes e seus respectivos pais, bem como qual tipo. Em seguida, os dados foram analisados por meio de análise de frequência e percentual relativos ao número de pessoas de cada gênero, raça/cor, região e tipo de escola (municipal, estadual, federal ou privada), observando-se, do ponto de vista percentual, se eram mais expostas à violência ocasionada por estudantes e/ou por seus respectivos pais. Dados dessas variáveis, para fins de comparação, que tenham representado menos do que 5% da amostra não foram expressos na tabela, sendo representados apenas na parte textual. Este estudo teve como hipótese que pessoas do gênero feminino, Pretas, Pardas e Indígenas (PPI) e das regiões Norte e Nordeste estariam mais expostas à violência escolar ao considerar o contexto das características de investimentos do nosso país e ocorrências fora do âmbito escolar nessas regiões. Dessa forma, professores da cor/raça preto, pardo e indígena foram analisados conjuntamente, assim como os da região Norte e Nordeste.

No total, 996 professores demonstraram interesse em participar e receberam o convite para responder o questionário, sendo que, dentre eles, 567 concluíram as respostas e, desses, 551 foram incluídos na análise da estatística descritiva.

RESULTADOS

O presente estudo contou com a participação de 567 professores. Desses, 8 se declararam amarelos e 7 preferiram não declarar raça/cor e, além disso, 1 pessoa preferiu não declarar gênero. Como esses 3 grupos não atingiram 5% da amostra total, não foram incluídas nas análises da estatística descritiva. Da amostra restante, que constituiu de 551 pessoas, a idade média dos participantes foi de $39,5 \pm 8,7$ anos, com tempo de formação de $12 \pm 7,7$ anos.

Nas avaliações que foram realizadas, foi possível identificar que, em relação à violência escolar ocasionada pelos estudantes (VPE) aos professores, 289 (52,5%) deles relataram já ter sofrido algum tipo de violência, enquanto 174, ou seja 31,6%, mencionaram ter sofrido violência em algum momento ocasionada pelos pais dos estudantes (VPPE) (Tabela 1).

Tabela 1

Caracterização dos participantes: violência ocasionada por parte dos estudantes (VPE) e seus respectivos pais (VPPE) (N = 551)

Variável	Frequência	Percentual (%)
Violência sofrida ocasionada por parte dos estudantes (VPE)	551	100
Sim	289	52,5
Não	262	47,5
Violência sofrida ocasionada por parte dos pais dos estudantes (VPPE)	551	100
Sim	174	31,6
Não	377	68,4

Fonte: Elaboração própria. Todos os dados estão expressos em frequência e percentual (%). Violência por parte dos estudantes, VPE; Violência por parte dos pais dos estudantes, VPPE.

No Brasil, de acordo com a reportagem do G1 de Tenente e Fajardo (2017), o Brasil era o número 1 em violência escolar entre 34 países avaliados em uma pesquisa global da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Há indicadores de violência escolar contabilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2021), por meio da seção de Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE), uma parceria do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, com um dos temas de pesquisa com o nome de 'Segurança da Escola', com índices de agressão física ou espancamentos com total de 22,7% no Brasil. Em 2019, o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo [APEOESP] (2019) indicou um aumento da violência contra professores dentro das dependências das escolas, sendo de 54% em 2019 contra 51% em 2017 e de 44% em 2014. Segundo a entidade Apeoesp, 90% dos professores do país estavam cientes de episódios de violência na unidade escolar em que lecionavam (Sacheto, 2020). É importante ressaltar que essa violência se trata da violência sofrida diretamente pelos professores, entretanto, é necessário considerar que, ao intervir em uma situação de violência entre estudantes, eles também podem estar expostos a sofrer violência. Ainda de acordo com a Apeoesp (2019), esses estudantes estão mais expostos ao *bullying* e houve um crescimento da discriminação.

Como pôde ser visto, o valor identificado pela Apeoesp (2019) se aproxima bastante dos índices de violência que encontramos ao pesquisar uma amostra com professores das cinco regiões, ou seja, em nosso estudo encontramos relatos de que 327 (59,3%) professores sofreram pelo menos algum tipo de violência no âmbito escolar. Com relação aos dados do IBGE (2021), o valor também se encontra bem próximo dos nossos achados quando se trata de violência física, ou seja, algo em torno de um quinto dos professores relataram já ter sofrido algum tipo de violência física.

De um modo geral, os resultados encontrados por nós foram alarmantes, sendo identificado que mais da metade dos professores entrevistados relataram já ter sofrido VPE e quase um terço VPPE. Os professores também responderam sobre o tipo de violência sofrida, podendo assinalar mais de uma opção, quando cabível. Neste caso, foram observados os seguintes dados referentes aos tipos de violência quando ocasionadas por parte dos estudantes: agressões verbais (42,3%), seguidas de agressões físicas (21,4%), ameaças (5,1%), dano ao patrimônio (1,5%), assédio sexual (1,1%) e racismo (0,4%) (Tabela 2). Por outro lado, quando se tratou da violência VPPE, os achados mostraram que 27,4% dos professores sofreram agressões verbais em algum momento, seguidas de ameaças (6,9%), agressões físicas (1,8%), racismo (0,2%), dano ao patrimônio (0%) e assédio sexual (0%) (Tabela 3). Cabe salientar que o percentual de professores que relataram ter sofrido agressão verbal é relativamente alto e que a violência física também se demonstrou alta quando envolvia os estudantes. Tanto na VPE quanto na VPPE, as agressões verbais foram as mais identificadas. Paula, Kodato e Dias (2013) ao avaliarem professores do ensino fundamental, também encontraram a agressão verbal como o tipo mais comum das agressões que ocorrem no ambiente escolar.

Tabela 2

Caracterização dos participantes: tipos de violência sofrida ocasionada por parte dos estudantes (VPE) (N = 551)

Variável	Frequência	Percentual (%)
Tipo de agressão ocasionada por parte dos estudantes (VPE)	289	100
Agressão verbal	233	42,3
Agressão física	118	21,4
Ameaças	28	5,1
Dano ao Patrimônio	8	1,5
Assédio sexual	6	1,1
Racismo	2	0,4

Fonte: Elaboração própria. Todos os dados estão expressos em frequência e percentual (%).

Tabela 3

Caracterização dos participantes: tipos de violência ocasionada por parte dos pais dos estudantes (VPPE) (N = 551)

Variável	Frequência	Percentual (%)
Tipo de agressão ocasionada por parte dos pais dos estudantes (VPPE)	174	100
Agressão verbal	151	27,4
Ameaças	38	6,9
Agressão física	10	1,8
Racismo	1	0,2
Dano ao patrimônio	0	0
Assédio sexual	0	0

Fonte: Elaboração própria. Todos os dados estão expressos em frequência e percentual (%).

O presente estudo também se propôs a entender a dinâmica da VPE e VPPE contra os professores no âmbito escolar. Pesquisadores demonstraram que alguns fatores podem aumentar consideravelmente a previsibilidade de relatos de violência contra o professor e mau relacionamento, dentre eles o desfavorecimento socioeconômico dos estudantes que, por sua vez, estão em risco elevado de comportamentos agressivos (Lee & Bierman, 2018), estudantes com temperamento mais difícil (Rudasill, Reijo-Jr, Stipanovic, & Taylor, 2010), assim como a presença de alunos sob efeito de droga/álcool e/ou portando arma branca/fogo no ambiente escolar (Plassa et al., 2021). Neste mesmo estudo, também foi revelado prejuízo no conteúdo básico programado ministrado e desenvolvido em sala de aula quanto maior fosse a violência no ambiente escolar. Os achados revelaram a necessidade de que soluções estratégicas sejam buscadas com o objetivo de prevenir a violência nas escolas, soluções estas que devem ser geradas e praticadas por todos os atores envolvidos na educação dos jovens, como pais, educadores, prefeituras, governos federal, estaduais e municipais (Plassa et al., 2021).

Quando se trata de violência, também é igualmente importante que ela possa ser estratificada para melhor entender os predomínios relacionados e por onde começar a intervir. Estudos têm apontado que determinadas estratificações da sociedade brasileira podem sofrer mais ou estar mais predispostas ao ato de violência (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], 2021). Dados do IPEA publicados em 2021 mostraram que em 2019 em torno de 3737 mulheres foram assassinadas e, deste montante, 66% eram negras. Além disso, citaram que, em 2019, 76% do total das vítimas de homicídios eram negras, independentemente do gênero.

Ainda de acordo com o IPEA (2021), a desigualdade racial se mantém nos indicadores sociais da violência ao longo da trajetória das mensurações e aparentemente não melhora, mesmo quando dados gerais representam diminuição. Também foi relatada uma alta de 2018 para 2019 de 5% nos registros de violência contra homossexuais, 37,1% contra bissexuais e que a maior parte dos homicídios contra os indígenas ocorreu em estados das regiões Norte e Nordeste (IPEA, 2021). Dessa forma, por mais que nosso estudo não tenha buscado entender sobre violências letais em grupos de professores, queríamos compreender se a dinâmica da estratificação de gênero e raça, que pôde ser observada em estudos de violência maior (relacionada a homicídios), apresentaria estratificações semelhantes em violências ‘menores’ no âmbito escolar.

Na tabela 4, estão apresentados os dados referentes ao gênero e raça/cor. Foi possível identificar que 433 (78,6%) dos participantes eram do gênero feminino e 118 (21,4%) do gênero masculino; que 300 (54,5%) pessoas eram brancas e 251 (45,5%) PPI. Quando estratificamos nossa amostra por gênero e raça, tínhamos como hipótese que pessoas do gênero feminino e PPI relatariam mais casos de VPE e VPPE. Contudo, foram encontrados percentuais bem próximos quando comparados os gêneros em relação à VPE, pois verificou-se que 53,6% dos professores do gênero feminino relataram já ter sofrido violência enquanto 48,3% foi o valor encontrado para o gênero masculino. Quando avaliada a raça/cor, observou-se que esse relato ocorreu por parte de 52,0% dos professores brancos e 53,0% PPI para relatos de VPE e 32,0% e 31,1%, respectivamente para VPPE. Ao se considerar a cor/raça, os valores percentuais encontrados entre brancos e PPI se apresentaram muito próximos, demonstrando que, ao menos no ambiente escolar das pessoas entrevistadas, este não parece ser um fator preponderante para o desencadeamento da VPE e VPPE.

Por outro lado, ao se tratar da VPPE e considerando os percentuais relativos por variável observada, verificou-se que 33,7% dos professores do gênero feminino relataram já ter sofrido violência enquanto 23,8% foi o valor encontrado para o gênero masculino. Nota-se que os valores percentuais se distanciaram de forma relativa, sendo mais elevado em torno de 10% a mais no gênero feminino quando considerada a VPPE. O presente estudo levou em consideração dados percentuais para essa análise, uma vez que o grupo de pessoas participantes do gênero feminino era maior. Isso possivelmente ocorre pelo fato de a profissão de professora ser principalmente vinculada à mulher por se considerar a natureza biológica e aspectos como ‘pureza’ e ‘delicadeza’ (Zugno & Schuler, 2019). De um modo geral, a violência contra a mulher acontece, em sua maioria, como violência psicológica, física e sexual, e é um tema já discutido e que atravessa os tempos (Dias, Prates, & Cremonese, 2021).

Tabela 4

Caracterização dos participantes: gênero, raça/cor e região (N = 551) e respectiva violência ocasionada por parte dos estudantes (VPE) (N = 289) e por parte dos pais dos estudantes (VPPE) (N = 174)

Variável	N total	Percentual absoluto (%)	Sofreu VPE	Percentual relativo (%) (sofreu VPE)	Sofreu VPPE	Percentual relativo (%) (sofreu VPPE)
	551	100%	289		174	
Gênero						
Feminino	433	78,6	232	53,6	146	33,7
Masculino	118	21,4	57	48,3	28	23,8
Raça/Cor						
Branca	300	54,5	156	52,0	96	32,0
PPI	251	45,5	133	53,0	78	31,1

Fonte: Elaboração própria. Todos os dados estão expressos em frequência e percentual (%). Preto, Pardo, Indígena, PPI.

Na tabela 5, estão expressos dados referentes à região, e foi observado que a maioria era da região Sudeste, representada por 278 (50,5%) professores, 105 (19,0%) do Nordeste/Norte, 88 do Sul (16,0%) e 80 (14,5%) do Centro-Oeste. Quanto à região, foi identificado que 50,0% dos residentes na região Sudeste relataram ter sofrido VPE, 48,6% nas regiões Nordeste/Norte, 51,1% na região Sul e 67,5% no Centro-Oeste e que 30,9% dos residentes na região Sudeste relataram ter sofrido VPPE, 26,7% nas regiões Nordeste/Norte, 25,0% na região Sul e 47,5% no Centro-Oeste.

Ao estudar a violência de acordo com a região do Brasil, para nossa surpresa, foi na região Centro-Oeste onde identificamos percentuais de VPE e VPPE mais elevados em relação aos demais. Segundo dados do IPEA (2021) referentes à região Centro-Oeste, somente o estado de Goiás esteve entre os 11 estados que apresentaram dados elevados de violência com taxa de homicídio superior a 30 a cada 100 mil habitantes, no ano de 2019, uma vez que a maioria desses estados se encontram localizados no Norte e Nordeste. Cabe salientar que o tipo de violência no ambiente escolar difere das quantificadas pelo Ipea e que, portanto, esses dados foram utilizados apenas com fins de tentar buscar um motivo para o achado. Uma limitação do nosso estudo se deu devido ao fato de não termos identificado a localização urbana das escolas nas cidades onde professores entrevistados trabalhavam, independentemente da região. Esse fator poderia ter sido mais preponderante do que propriamente a região, sobretudo porque as escolas de comunidades mais afastadas dos centros municipais são citadas como locais com maior probabilidade de violência escolar, visto que as especificidades previstas no currículo escolar e suas aplicações nessas escolas não são suficientes para suprir suas necessidades específicas (Marino, 2019).

Tabela 5

Caracterização dos participantes: região (N = 551) e respectiva violência ocasionada por parte dos estudantes (VPE) (N = 289) e por parte dos pais dos estudantes (VPPE) (N = 174)

Variável	N total	Percentual absoluto (%)	Sofreu VPE	Percentual relativo (%) (sofreu VPE)	Sofreu VPPE	Percentual relativo (%) (sofreu VPPE)
	551	100%	289		174	
Região						
Sudeste	278	50,5	139	50,0	86	30,9
Nordeste/Norte	105	19,0	51	48,6	28	26,7
Sul	88	16,0	45	51,1	22	25
Centro-Oeste	80	14,5	54	67,5	38	47,5

Fonte: Elaboração própria. Todos os dados estão expressos em frequência e percentual (%).

A sociedade está dividida em camadas socioeconômicas, das mais abastadas para as mais necessitadas, e com isso surge o conceito de violência dentro da educação, ou seja, há a ideia de que a educação com maior qualidade só é oferecida em camadas mais abastadas (Arreguy & Montes, 2019). Por esta razão, o presente estudo também se preocupou em observar os percentuais de violência por tipo de escola, e observamos que, além de termos tido maior participação de professores entrevistados das redes estaduais e municipais, percentualmente também foram os que mais relataram ter sofrido VPE, principalmente os vinculados às redes estaduais.

Na tabela 6, estão apresentados os dados referentes ao local de trabalho no qual relataram dedicar maior carga horária. Neste caso, 90 (16,3%) mencionaram atividade predominantemente em escola privada, 239 em municipal (43,4%), 190 (34,5%) em estadual e 32 (5,8%) em federal. Desses, 45,5% dos que relataram trabalhar

por maior tempo na rede privada mencionaram já ter sofrido VPE, 51,0% quando questionados os da rede municipal, 62,1% dos da rede estadual e 25,0% dos da rede federal. Por outro lado, 23,3% dos que relataram trabalhar por maior tempo na rede privada mencionaram já ter sofrido VPPE, 37,2% quando questionados os da rede municipal, 32,1% dos da rede estadual e 9,4% dos da rede federal. Neste caso, sugere-se que a verba por aluno e, sobretudo, os núcleos sociopedagógicos presentes nos institutos federais, que contam com diversos profissionais como pedagogos, técnicos em assuntos educacionais, psicólogo e assistente social, provavelmente façam diferença no que tange à resolução de problemas e redução das chances do surgimento de quadros de violência escolar. Por outro lado, para se pensar quanto à alta violência nas outras escolas, sobretudo públicas, outras análises precisam ser realizadas e mais discussões sob diferentes óticas necessitam ser enfatizadas.

Tabela 6

Caracterização dos participantes: predominância de local de trabalho (N = 551) e respectiva violência ocasionada por parte dos estudantes (VPE) (N = 289) e por parte dos pais dos estudantes (VPPE) (N = 174)

Variável	N total	Percentual absoluto (%)	Sofreu VPE	Percentual relativo (%) (sofreu VPE)	Sofreu VPPE	Percentual relativo (%) (sofreu VPPE)
	551	100%	289		174	
Rede						
Privada	90	16,3	41	45,5	21	23,3
Municipal	239	43,4	122	51,0	89	37,2
Estadual	190	34,5	118	62,1	61	32,1
Federal	32	5,8	8	25	3	9,4

Fonte: Elaboração própria. Todos os dados estão expressos em frequência e percentual (%). Violência por parte dos estudantes, VPE; Violência por parte dos pais dos estudantes, VPPE; Preto, Pardo, Indígena, PPI.

Apesar do presente estudo ter tido como objetivo principal apenas quantificar as violências sofridas pelos professores no âmbito escolar, é inevitável tentar discutir os contextos que possam levar a esse quadro de violência, ainda que o estudo tenha sido limitado a não verificar qualitativamente essa questão.

De acordo com Sposito (2001, p. 100),

[...] a percepção das tensões existentes entre alunos ou entre estes e o mundo adulto tem afetado o clima dos estabelecimentos escolares, especialmente a ação dos professores, que passam a sentir-se sob ameaça permanente, quer real ou imaginária. O medo do aluno leva o docente a uma frequente demanda de segurança, particularmente policial, nas unidades escolares, comprometendo a qualidade da interação educativa. Por outro lado, as práticas de agressão muitas vezes situam-se no limiar dos delitos criminosos, uma vez que no Brasil o acesso às armas de fogo é disseminado e, por essas razões, brigas juvenis podem facilmente resultar em homicídios.

A realidade da violência escolar também se fez presente no estudo de Paula et al. (2013). Nessa pesquisa, os autores constataram que de um lado estava a desordem na sala de aula, constituída como um local de confrontos, e de outro, o professor destituído de sua autoridade e constituído como um 'coitado', e trouxeram a seguinte descrição:

A inexorável violência social é o saber prévio que ancora as representações da violência nas escolas. Nas significações dos atores, se crimes como roubos, furtos, vandalismo, homicídios ou tráfico de entorpecentes não ocorrem, os acontecimentos não são percebidos como violentos. Dessa forma, entende-se que o boletim de ocorrência policial é a prova material da violência na escola. Contudo, as explicações sobre as causas dessa violência encontram suporte num discurso formatado, impessoal, o que pode ser considerado um indicador do distanciamento e da culpabilização do outro: a crise das famílias, a burocracia do Estado, a progressão continuada ou a carência afetiva e a inoperância do aluno (Paula, et al., 2013, p. 252).

Além disso, Paula et al. (2013, p. 253, grifo do autor), quando analisaram as representações que professores entrevistados no estudo construíram em torno do fenômeno violência, perceberam o seguinte contexto:

O professor, incapaz de mudar o seu presente, mantém o distanciamento em relação à rotina de conflitos. Não há tentativas de reação ou transformação, os alunos são vistos como 'problemas', a educação como 'uma das piores' e o próprio professor se 'sente vencido'. Mesmo reconhecendo as necessidades de mudanças, os professores não apontam reflexões, discussões ou sugestões para inovar ou mesmo amenizar os conflitos diários.

Uma parte mínima das ocorrências com violência extrema são levadas aos órgãos responsáveis, no caso o Conselho Tutelar, a fim de serem solucionadas, enquanto quando são ocorrências consideradas de menor impacto, são solucionadas na própria sala de aula e na maioria dos casos com intervenção da gestão escolar

(Facci, 2019). Segundo Anser, Joly e Vendramini (2003), o comportamento inesperado e por vezes violento é derivado de aspectos por parte das crianças e adolescentes que não sabem identificar suas emoções. A partir desses aspectos, observa-se a necessidade de trabalhar questões socioemocionais em atividades escolares em todos os âmbitos. De acordo com a análise de uma professora, em declaração dada ao site G1, “[...] os pais estão outorgando poder demais para os filhos. Não estabelecer limites, quase nunca dizer ‘não’ e fazer todas as vontades de crianças e adolescentes são ingredientes-bomba” (Tenente & Fajardo, 2017, p. 1, grifo do autor).

De um modo geral, todo esse quadro de violência verbal, física, por ameaça de estudantes, pais, situações de abuso no trabalho, como, por exemplo, desautorização do professor na frente de pais e filhos, episódios de humilhação, trabalhos em comunidades em geral violentas e invasivas, somadas a tantas outras situações, dentre elas, o não reconhecimento adequado do trabalho do professor, baixa remuneração, turmas superlotadas, locais de trabalho insalubres, carência de recursos humanos e materiais nas escolas, podem gerar sofrimento e adoecimento e por serem portas abertas para os afastamentos do trabalho, num ciclo vicioso de frustrações (Moreira & Rodrigues, 2018).

Em uma reportagem do G1, psicólogos especialistas citaram que as violências nas escolas e envolvendo juventudes devem ser sempre avaliadas no plural, ou seja, violências, sendo que muitas vezes o aluno também é vítima (Tenente & Fajardo, 2017). Ainda de acordo com essa matéria, “[...] a escola exerce uma violência institucional muito forte sobre seus alunos e professores [...]” e “[...] muitas vezes o aluno se torna rebelde e agressivo por não se sentir dono dos espaços”, “Não conseguem participar” (Tenente & Fajardo, 2017).

Ao olhar por outra ótica, Silva e Silva (2018) retrataram que os professores e alunos são os principais sujeitos nas ocorrências de violência no ambiente escolar, sobretudo, a violência simbólica para com os alunos, com o professor como autoridade em sala de aula. O fracasso escolar, para Patto (2015), está ligado à dominação das massas por meio do sistema capitalista e uma parcela dos alunos compreende a escola como um ambiente opressor e impossível de se adequar.

De acordo com Sposito (2001, p. 100),

[...] os estudos, ao indicarem a presença de práticas de incivilidade (recobrando a violência física ou não física) em outros grupos sociais, mostram, também, que a crise da eficácia socializadora da escola recobre, de formas variadas, a experiência juvenil de diversas classes sociais na sua relação com o mundo adulto representado pela instituição escolar. Ou seja, as incivilidades sinalizariam, também, um conjunto de insatisfações manifestadas pelos alunos diante de sua experiência escolar e, ao mesmo tempo, as dificuldades da unidade escolar em criar possibilidades para que tais condutas assumam a forma de um conflito capaz de ser gerido no âmbito da convivência democrática.

Adicionalmente, causas da violência no âmbito escolar podem também estar ligadas à reprodução de ambientes violentos vivenciados por parte dos alunos como presenciar discussões familiares, ter ausência dos pais ou responsáveis, não ter afeto, desemprego e pobreza familiar, falta das políticas públicas, violência presente nos meios de comunicação, violência sexual, falta de empatia, dentre outros (Barbieri, Santos, & Avelino, 2021). As tensões no ambiente escolar derivadas da constância de ocorrências conflituosas afetam a qualidade educacional oferecida pela escola, as quais são potencialmente mediatizadas (Chizotti & Ponce, 2016). Compreende-se que o comportamento inadequado, que não respeita as regras escolares, é justificado pelo comportamento do aluno que está espelhando situações de seu ambiente familiar e de sua comunidade (Ferreira, Santos, & Rosso, 2016).

De modo geral, a dificuldade quanto às pesquisas sobre violência no âmbito escolar está relacionada ao fato de que esse tipo de violência interliga-se com a violência social, que por vezes pode estar relacionada e interagir com segmentos estudantis, juvenis, ex-alunos da escola pública, por meio do tráfico de drogas, por exemplo. A interligação entre a violência social e o âmbito escolar demanda instrumentação teórica para melhor ser compreendida e dissolvida (Sposito, 2001).

Ademais, a escola também é um ambiente de promoção de saúde, ou seja, deve-se promover a saúde mental por meio de orientações durante as aulas (Gomes & Bittar, 2021). Atividades extracurriculares e até curriculares inseridas no calendário letivo são importantes para a diminuição de situações de violência e de problemas relacionados à saúde mental (Silva & Assis, 2018). A escola pode promover um ambiente saudável tanto para alunos quanto para professores a fim de inserir o discente na comunidade e conscientizá-lo de seus direitos (Schneider, 2016).

Para Wiezzel (2020), faz-se necessário rever e promover práticas que incentivem o desenvolvimento social dos alunos, que passam um tempo considerável dentro da escola e socializam com outras pessoas de outras realidades, vivenciando situações que são diferentes do ambiente domiciliar. É importante conscientizar a comunidade escolar acerca do tema da violência escolar por meio de reuniões colaborativas. Esses aspectos, quando abordados coletivamente pela escola, podem alcançar resultados positivos (Sousa & Fialho, 2017). Adicionalmente, é sugerido que se invista em relações de apoio professor-aluno para evitar conflitos crescentes (Hendrickx, Cillessen, & Mainhard, 2022).

CONCLUSÃO

Conclui-se que há índices elevados de professores que relataram já ter sofrido algum tipo de violência no ambiente escolar, sobretudo em escolas públicas estaduais e municipais brasileiras, sendo a agressão verbal a mais citada. Além disso, as professoras informaram sofrer mais do que os professores quando se trata da VPPE e a violência se fez mais presente na região Centro-Oeste. Dessa forma, faz-se necessária a adoção de medidas socioeducativas para mitigação da violência por parte dos estudantes e seus responsáveis, inseridas no currículo letivo por meio de atividades dirigidas. Tais medidas podem auxiliar na diminuição do índice de violência escolar para com os docentes, além de políticas públicas que favoreçam a área educacional e o desenvolvimento de toda a comunidade, bem como pesquisas para que melhor seja compreendida cada realidade, permitindo dessa forma uma melhor evolução e resolução dos problemas relacionados à violência escolar. Adicionalmente, a gestão escolar deve trabalhar em conjunto com os demais membros da comunidade escolar, tendo em vista que a formação do educando deve abranger mais do que o currículo escolar prediz, uma vez que o professor não é um mero repetidor de conteúdo e que atende às solicitações, mas um educador que contribui para a construção do conhecimento a partir do currículo escolar.

REFERÊNCIAS

- Anser, M. A. C. I., Joly, M. C. R. A., & Vendramini, C. M. M. (2003). Avaliação do conceito de violência no ambiente escolar: visão do professor. *Psicologia: Teoria e Prática*, 5(2), 67-81. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872003000200007
- Arreguy, M. E., & Montes, F. F. (2019). Ferenczi y la educación: deconstruyendo la violencia desmentida. *Estilos da Clínica*, 24(2), 246-261. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v24i2p246-261>
- Barbieri, B. C., Santos, N. E., & Avelino, W. F. (2021). Violência escolar: uma percepção social. *Revista Educação Pública*, 21(7). Recuperado de: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/7/violencia-escolar-uma-percepcao-social>
- Bourdieu, P., & Passeron, J. C. (1992). *A reprodução* (3a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves.
- Brasil. Secretaria de Direitos Humanos. (2013). *Educação em direitos humanos: diretrizes nacionais*. Brasília, DF: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. Recuperado de: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alis=32131-educacao-dh-diretrizesnacionais-pdf&Itemid=30192
- Chizzotti, A., & Ponce, B. J. (2016). A violência, a escola e as políticas de enfrentamento. *Revista Cocar*, 10(19), 07-30. Recuperado de: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/784>
- Dias, L. B., Prates, L. A., & Cremonese, L. (2021). Perfil, fatores de risco e prevalência da violência contra a mulher. *Sanare - Revista de Políticas Públicas*, 20(1). Recuperado de: <https://doi.org/10.36925/sanare.v20i1.1555>
- Facci, M. G. D. (2019). O adoecimento do professor frente à violência na escola. *Fractal, Rev. Psicol.*, 31(2), 130-142. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/YfVf8PZtTKfvy3W4HRJhbxB/?format=pdf&lang=pt>
- Ferreira, A. C., Santos, E. R., & Rosso, A. J. (2016). Representação social da indisciplina escolar. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(1), 199-208. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/0102-37722016012074199208>
- Gomes, G. M. R., & Bittar, C. M. L. (2021). Percepções de professores e alunos sobre a violência escolar: um estudo qualitativo. *Psicologia Escolar e Educacional*, 25. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/2175-35392021223900>
- Hendrickx, M. M. H. G., Cillessen, A. N. H., & Mainhard, T. (2022). Reciprocal associations between teacher-student relations and students' externalizing behavior in elementary education? A within-dyad analysis. *Journal of School Psychology*, 90, 1-18. Recuperado de: <https://doi.org/10.1016/j.jsp.2021.10.004>

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2021). *Pesquisa nacional de saúde escolar*. Rio de Janeiro, RJ. Recuperado de: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9134-pesquisa-nacional-de-saude-do-escolar.html?=&t=reSultados>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA]. (2021.). *Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas*. Brasília, DF. Recuperado de: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>
- Lee, P., & Bierman, K. L. (2018). Longitudinal trends and year-to-year fluctuations in student–teacher conflict and closeness: associations with aggressive behavior problems. *Journal of School Psychology, 70*, 1-15. Recuperado de: <https://doi.org/10.1016/j.jsp.2018.06.002>
- Marino, L. F. (2019). Escola e violência: a busca por uma ampliação do termo violência escolar frente a realidade brasileira. *e-Mosaicos, v. 8*(18), 130-144. Recuperado de: <https://doi.org/10.12957/e-mosaicos.2019.41998>
- Monteiro, S., Pissaia, L. F., & Veiga, L. (2019). O desenvolvimento das virtudes do professor perante a violência escolar. *Research, Society and Development, 8*(1), e3781625. Recuperado de: <https://doi.org/10.33448/rsd-v8i1.625>
- Moreira, D. Z., & Rodrigues, M. B. (2018). Saúde mental e trabalho docente. *Estudos de Psicologia, 23*(3), 236-247. Recuperado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epsic/v23n3/a04v23n3.pdf>
- Organização Mundial da Saúde [OMS]. (2014). *Relatório mundial sobre a prevenção da violência*. Recuperado de: <https://nev.prp.usp.br/wp-content/uploads/2015/11/1579-VIP-Main-report-Pt-Br-26-10-2015.pdf>
- Patto, M. H. S. (2015). *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo, SP: Intermeios.
- Paula, A. S., Kodato, S., & Dias, F. X. (2013). Representações sociais da violência em professores da escola pública. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia, 4*(2), 240-257. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072013000200008
- Pereira, A. C. R., & Freixa, M. O. (2021). Rumo à justiça social: Mediação de conflitos como estratégia para prevenir a violência escolar e aprender a conviver. *Research, Society and Development, 10*(14), e587101422451. Recuperado de: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i14.22451>
- Plassa, W., Paschoalino, P. A. T., & Bernardelli, L. V. (2021). Violência contra professores nas escolas brasileiras: determinantes e consequências. *Nova Economia, 31*(1), 247-271.
- Rudasill, K. M., Reio Jr, T. G., Stipanovic, N., & Taylor, J. (2010). A longitudinal study of student–teacher relationship quality, difficult temperament, and risky behavior from childhood to early adolescence. *Journal of School Psychology, 48*(5), 389-412.
- Sacheto, C. (2020). Em SP, 79% da população soube de violência em escolas, diz pesquisa. *Portal R7*. Recuperado de: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/em-sp-79-da-populacao-soube-de-violencia-em-escolas-diz-pesquisa-13032020>
- Santos, W. S., & Medina, P. (2018). Violência na escola básica: um estudo de caso envolvendo redes pública e privada em Palmas - TO. *Revista Observatório, 4*(6), 794-825.
- Schneider, J. K. (2016). Violência na escola a partir da perspectiva docente. *Eventos Pedagógicos, 7*(2), 822-842.
- Silva, F. R., & Assis, S. G. (2018). Prevenção da violência escolar: uma revisão da literatura. *Educação e Pesquisa, 44*, e157305.
- Silva, M., & Silva, A. G. (2018). Professores e Alunos: o engendramento da violência da escola. *Educação & Realidade, 43*, 471-494.

- Silva-Neto, C. M., & Barretto, E. S. S. (2018). (In)disciplina e violência escolar: um estudo de caso. *Educação e Pesquisa*, 44, e165933.
- Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo [APEOESP]. (2019). *Pesquisa indica aumento de casos de violência nas escolas públicas de São Paulo*. São Paulo, SP. Recuperado de: <http://www.apeoesp.org.br/noticias/noticias-2019/pesquisa-indica-aumento-de-casos-de-violencia-nas-escolas-publicas-de-sao-paulo/>
- Sousa, G. D., & Fialho, L. M. F. (2017). Violência ao docente na escola: narrativa de professora agredida por aluno. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 7(18), 113-131.
- Sposito, M. P. (2001). Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. *Educação e Pesquisa*, 27(1), 87-103.
- Tenente, L., & Fajardo, V. (2017). Brasil é #1 no ranking da violência contra professores: entenda os dados e o que se sabe sobre o tema. *G1*. Recuperado de: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/brasil-e-1-no-ranking-da-violencia-contra-professores-entenda-os-dados-e-o-que-se-sabe-sobre-o-tema.ghtml>
- Wiezzel, A. C. S. (2020). Agressividade e escola: projeto de intervenção protagonizado por professor. *HOLOS*, 6, 1-19.
- Zugno, N., & Schuler, B. (2019). A normalização do corpo (feminino) docente. In A. Morés, & N. Stecanela. *Diálogos com a educação: cenários da formação e da atuação docente* (p. 11-25). Caxias do Sul, RS: EducS. Recuperado de: https://fundacao.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-dialogos-educacao_2.pdf#page=12

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES

- Nicoli Brandão dos Santos:** Pedagoga pelo Instituto Federal de São Paulo, Jacaré, São Paulo, Brasil. nicoli.santos@aluno.ifsp.edu.br. <https://orcid.org/0000-0001-8244-6329>
- Andressa Stephanie Fernandes Silva:** Professora da Prefeitura Municipal de São José dos Campos. São José dos Campos, São Paulo, Brasil. andressastephanie2000@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-5201-5720>
- Renata Plaza Teixeira:** Mestre e Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo. Professora do Instituto Federal de São Paulo, Jacaré, São Paulo, Brasil. renata.plaza@ifsp.edu.br. <https://orcid.org/0000-0001-9078-9030>
- Michael Macedo Diniz:** Mestre e Doutor em Matemática Aplicada - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp-IMECC). Professor do Instituto Federal de São Paulo, Jacaré, São Paulo, Brasil. michael.diniz@ifsp.edu.br. <https://orcid.org/0000-0003-3853-8749>
- Victor Barbosa Ribeiro:** Doutor em Ciências da Saúde pela Universidade de São Paulo (FMRP-USP). Professor do Instituto Federal de São Paulo, Jacaré, São Paulo, Brasil. victorbarbosa@ifsp.edu.br. <https://orcid.org/0000-0001-8753-7975>

DECLARAÇÃO

Os autores deste artigo declaram a autorização da publicação na revista *Teoria e Prática da Educação*, levando em consideração que o artigo é inédito e não foi submetido à avaliação em outro periódico